



**GERÊNCIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO
E GESTÃO DO MARANHÃO
E DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO**

Concurso Público para provimento de cargo de
Defensor Público - 1ª Classe

P R O V A

Primeira Prova Escrita

I N S T R U Ç Õ E S

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 100 questões numeradas de 1 a 100.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

DIREITO PENAL

1. Para solucionar questão relacionada a conflito aparente de normas em matéria penal, o intérprete pode valer-se, dentre outros, do princípio da

- (A) fragmentariedade.
- (B) anterioridade.
- (C) irretroatividade.
- (D) taxatividade.
- (E) especialidade.

2. No que concerne aos elementos do crime, é correto afirmar que

- (A) a coação irresistível exclui a ilicitude da conduta.
- (B) o erro sobre a ilicitude do fato afasta a culpabilidade.
- (C) a obediência hierárquica exclui a tipicidade.
- (D) a doença mental afasta a punibilidade.
- (E) o estrito cumprimento do dever legal exclui a imputabilidade.

3. A tentativa

- (A) é impunível nos casos de ineficácia absoluta do meio e de relativa impropriedade do objeto.
- (B) dispensa o exaurimento da infração, necessário apenas para que se reconheça a consumação.
- (C) não prescinde, para seu reconhecimento, da realização de atos de execução, ainda que se trate de contravenção penal.
- (D) exige comportamento doloso do agente.
- (E) constitui causa geral de diminuição da pena, devendo o respectivo redutor corresponder à culpabilidade do agente

4. Em tema de concurso de pessoas, é correto afirmar que

- (A) a co-autoria é sempre eventual.
- (B) cada agente responderá pelo crime praticado.
- (C) a participação é sempre de natureza moral.
- (D) o co-autor realiza ato típico.
- (E) é desnecessário vínculo subjetivo entre os concorrentes.

5. Segundo entendimento jurisprudencial consagrado, em delitos dolosos sem violência ou grave ameaça à pessoa, o aumento da pena pelo crime continuado deve decorrer

- (A) do número de infrações praticadas.
- (B) das circunstâncias do art. 59 do Código Penal.
- (C) da gravidade dos crimes praticados.
- (D) da primariedade ou não do acusado.
- (E) da presença de circunstâncias agravantes ou atenuantes.

6. Se o réu for reincidente,

- (A) a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos só é cabível se a reincidência resultar de condenações por crimes culposos.
- (B) é incabível o *sursis*, ainda que a reincidência decorra de anterior condenação a pena de multa.
- (C) é possível a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, em algumas situações, se a reincidência não decorrer da prática da mesma infração.
- (D) é cabível o livramento condicional, ainda que reincidente específico em crime hediondo.
- (E) deve iniciar o cumprimento da pena privativa de liberdade em regime fechado, mesmo que condenado por crime apenado com detenção.

7. No cálculo da pena,

- (A) o aumento pelo concurso formal deve preceder a diminuição pela menoridade do acusado.
- (B) o aumento pela reincidência deve ser posterior à redução pela tentativa.
- (C) a diminuição pelo arrependimento posterior deve incidir antes do aumento decorrente do fato de o crime haver sido praticado contra ascendente.
- (D) a redução pela confissão espontânea deve ser posterior ao acréscimo pela má antecedência.
- (E) o aumento pela continuidade delitiva deve preceder o acréscimo pela reincidência.

8. A prescrição

- (A) é calculada pelo total da pena no caso de concurso de crimes.
- (B) admite a interrupção, mas não a suspensão do respectivo prazo.
- (C) é calculada pelo máximo da pena cominada no caso de prescrição da pretensão executória.
- (D) exclui o dia de início na contagem do prazo.
- (E) não é interrompida pela sentença absolutória recorível.

9. No tocante aos crimes contra o patrimônio, é correto afirmar que

- (A) a ação penal é sempre pública condicionada se o delito for praticado contra ascendente.
- (B) o arrependimento posterior é incabível no crime de extorsão.
- (C) nenhum deles admite a modalidade culposa.
- (D) a ação penal é sempre privada no crime de dano.
- (E) a majorante do furto noturno é aplicável às figuras qualificadas do delito.

10. A licitude de lesões corporais resultantes de prática esportiva pode, em tese, ser admitida em virtude da excludente

- (A) do exercício regular de direito.
- (B) do consentimento do ofendido.
- (C) do estrito cumprimento do dever legal.
- (D) da legítima defesa.
- (E) do estado de necessidade.

<p>11. O autor de fraude processual tem a pena dobrada se a pratica na pendência de processo</p> <p>(A) civil. (B) tributário. (C) penal. (D) administrativo. (E) trabalhista.</p>	<p>16. O acusado por crime de porte ilegal de arma de fogo</p> <p>(A) não faz jus à suspensão condicional do processo. (B) deve iniciar o cumprimento da pena em regime fechado. (C) não tem direito à substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos. (D) deve ter a pena aumentada de metade, se servidor público. (E) não tem direito a indulto.</p>
<p>12. Nos crimes de imprensa, a decadência do direito de queixa ou de representação ocorre em</p> <p>(A) quinze dias. (B) um mês. (C) dois meses. (D) três meses. (E) seis meses.</p>	<p style="text-align: center;">DIREITO PROCESSUAL PENAL</p> <p>17. O princípio <i>tempus regit actum</i>, ou o chamado princípio de efeito imediato, vigente no Direito Processual Penal brasileiro, significa que a lei nova terá aplicação de imediato,</p> <p>(A) atingindo os processos novos, não atingindo os processos em andamento, os quais continuarão sendo regulados pela lei antiga. (B) atingindo os processos novos, bem como os processos em andamento, não se aplicando aos processos findos. (C) aplicando-se aos processos novos e em andamento e retroagirá se for mais benéfica para o acusado, atingindo processos findos. (D) aplicando-se somente aos processos em andamento, não se aplicando aos processos novos e nem aos findos. (E) aplicando-se a todos os processos, inclusive àqueles transitados em julgado, não importando se a lei é mais benéfica ou não.</p>
<p>13. Cumprindo pena pelo crime de alteração de substância medicinal, praticado em 15 de abril de 1998, o condenado</p> <p>(A) só poderá pleitear o livramento condicional após resgatar 2/3 da pena. (B) terá direito ao sistema progressivo de cumprimento da pena. (C) poderá ser promovido ao regime semi-aberto, mas não terá direito ao aberto. (D) só poderá pleitear o livramento condicional após o resgate de metade da pena. (E) não terá direito ao livramento condicional.</p>	
<p>14. Impede a transação penal</p> <p>(A) definitiva condenação anterior pela prática de crime, independentemente da pena imposta. (B) definitiva condenação anterior a pena de multa pela prática de crime. (C) definitiva condenação anterior por contravenção penal. (D) condenação anterior ainda não definitiva a pena de reclusão. (E) definitiva condenação anterior a pena de detenção.</p>	<p>18. Da decisão de denegação de recurso em sentido estrito cabe</p> <p>(A) carta testemunhável. (B) agravo de instrumento. (C) agravo regimental. (D) recurso especial. (E) recurso extraordinário.</p>
<p>15. Se entendido que o Código de Trânsito Brasileiro, ao incriminar a condução de veículo sem habilitação e com perigo de dano, derogou o art. 32 da Lei das Contravenções Penais, que tipifica semelhante conduta, aquele que já se encontrava definitivamente condenado pela infração contravencional antes da entrada em vigor da nova lei</p> <p>(A) poderá ter declarada extinta a punibilidade em virtude de <i>abolitio criminis</i>. (B) poderá ser absolvido, em nova sentença, por atipicidade da conduta. (C) não terá a sua situação alterada. (D) poderá ter declarada extinta a pena que lhe foi imposta. (E) poderá receber o perdão judicial.</p>	<p>19. O exame de corpo de delito, conforme previsões expressas do Código de Processo Penal, é indispensável quando a infração deixar vestígios,</p> <p>(A) podendo supri-lo a confissão do acusado, se feita na presença de advogado, admitindo-se o exame indireto. (B) não podendo supri-lo a confissão do acusado, nem sendo admitido o exame indireto. (C) podendo supri-lo a confissão do acusado e se admitindo o exame direto ou indireto. (D) podendo supri-lo a confissão do acusado, não se admitindo o exame indireto. (E) não podendo supri-lo a confissão do acusado, sendo admitido o exame direto ou indireto.</p>

<p>20. A busca domiciliar, com o intuito de realizar apreensão de coisas, não pode ser realizada</p> <p>(A) durante o dia, mesmo com mandado judicial, se houver recusa motivada do morador.</p> <p>(B) à noite, sem o consentimento do morador, estando definido no Código de Processo Penal como noite o período compreendido entre as 19:00 e 6:00 horas.</p> <p>(C) durante o dia com base em mandado expedido pela autoridade policial, sendo necessário mandado judicial.</p> <p>(D) à noite, sem o consentimento do morador, estando definido no Código de Processo Penal como noite o período compreendido entre o ocaso e o nascer do sol.</p> <p>(E) à noite, exceto se houver mandado judicial e se tratar de crime organizado.</p>	<p>23. No procedimento do júri, o <i>judicium causae</i> é a</p> <p>(A) primeira fase, iniciando com o recebimento da denúncia e terminando com a sentença de pronúncia.</p> <p>(B) segunda fase, iniciando com o oferecimento da denúncia e terminando com a sentença de pronúncia.</p> <p>(C) segunda fase, iniciando com o libelo e terminando com o julgamento pelo Tribunal do Júri.</p> <p>(D) primeira fase, iniciando com o oferecimento da denúncia e se encerrando com a sentença de pronúncia.</p> <p>(E) primeira fase, iniciando com o recebimento da denúncia e se encerrando com o julgamento pelo Tribunal do Júri.</p>
<p>21. Haverá suspensão do processo se o acusado,</p> <p>(A) citado por edital, não comparecer ao interrogatório, nem constituir defensor, podendo o juiz, se for o caso, decretar a prisão preventiva.</p> <p>(B) citado por edital, não comparecer ao interrogatório, nem constituir defensor, devendo o juiz decretar a prisão preventiva para garantia da aplicação da lei penal.</p> <p>(C) citado por edital, não comparecer ao interrogatório, embora tenha constituído defensor, não devendo, contudo, o juiz decretar a prisão preventiva.</p> <p>(D) citado pessoalmente, não comparecer ao interrogatório, nem constituir defensor, podendo o juiz, se for o caso, decretar a prisão preventiva.</p> <p>(E) citado pessoalmente e interrogado, não constituir defensor e deixar de comparecer aos atos de instrução, podendo o juiz, se for o caso, decretar a prisão preventiva.</p>	<p>24. Conforme previsão da Súmula 267, do Superior Tribunal de Justiça, a interposição de recurso</p> <p>(A) com efeito suspensivo, contra decisão condenatória, obsta a expedição de mandado de prisão.</p> <p>(B) com efeito suspensivo, contra decisão condenatória, não obsta a expedição de mandado de prisão.</p> <p>(C) sem efeito suspensivo, contra decisão condenatória, obsta a expedição de mandado de prisão.</p> <p>(D) sem efeito suspensivo, contra decisão condenatória, não obsta a expedição de mandado de prisão.</p> <p>(E) com ou sem efeito suspensivo, contra decisão condenatória, obsta a expedição de mandado de prisão.</p>
<p>22. A Constituição Federal assegura, em relação aos processos de júri, a plenitude da defesa, o sigilo das votações, a soberania dos veredictos e a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida (art. 5º, XXXVIII, alíneas a, b, c, d). Levando-se em conta esse preceito constitucional, entende-se que</p> <p>(A) o Tribunal de Justiça, ao julgar apelação interposta contra julgamento proferido por Tribunal do Júri, não poderá alterar a pena, sob pena de ofender a soberania dos veredictos.</p> <p>(B) o Tribunal de Justiça, ao julgar apelação interposta contra julgamento proferido por Tribunal do Júri, poderá, se considerar que a decisão dos jurados é manifestamente contrária à prova dos autos, determinar novo julgamento, não sendo ofendida a soberania dos veredictos.</p> <p>(C) o Tribunal do Júri não poderá julgar crimes conexos que não sejam dolosos contra a vida.</p> <p>(D) o julgamento pelo Tribunal do Júri não poderá, em nenhuma hipótese, ser efetuado sem a presença do acusado, em virtude da garantia de plenitude de defesa.</p> <p>(E) a tréplica do acusado, durante os debates, é necessária para garantir a plenitude da defesa.</p>	<p>25. Nos crimes de ação penal pública condicionada, segundo dispõe, expressamente, o Código de Processo Penal, a</p> <p>(A) representação do ofendido e a requisição do Ministro da Justiça podem ser retratadas até o oferecimento da denúncia.</p> <p>(B) retratação da representação do ofendido é possível até a sentença condenatória.</p> <p>(C) requisição do Ministro da Justiça é irretratável depois de oferecida a denúncia.</p> <p>(D) retratação da requisição do Ministro da Justiça é possível até a sentença condenatória.</p> <p>(E) representação do ofendido é irretratável depois de oferecida a denúncia.</p> <p>26. Segundo as regras do Código de Processo Penal, da decisão de não recebimento da denúncia por inépcia proferida por juiz de direito é cabível</p> <p>(A) agravo de instrumento.</p> <p>(B) apelação.</p> <p>(C) recurso em sentido estrito.</p> <p>(D) carta testemunhável.</p> <p>(E) mandado de segurança.</p> <p>27. A invalidade de um ato provoca a invalidação daqueles que dele dependam. Este enunciado consagra o princípio</p> <p>(A) da permanência relativa da eficácia dos atos processuais.</p> <p>(B) da restrição processual à decretação da invalidade.</p> <p>(C) da tipicidade derivada das formas processuais.</p> <p>(D) da consequencialidade dos atos processuais.</p> <p>(E) dos frutos da árvore envenenada.</p>

<p style="text-align: center;">DIREITO CIVIL</p> <p>28. A Lei nova que estabelecer disposição geral a par da lei especial em vigor</p> <p>(A) não revoga nem modifica a lei especial.</p> <p>(B) apenas modifica a lei especial.</p> <p>(C) revoga a lei especial.</p> <p>(D) derroga, mas não ab-roga a lei especial.</p> <p>(E) só entrará em vigor depois de expressamente revogada a lei especial.</p>	<p>33. Considere as afirmações abaixo sobre o regime de bens entre cônjuges.</p> <p>I. É admissível a alteração do regime de bens, mediante autorização judicial em pedido motivado de ambos os cônjuges, devendo ser apurada a procedência das razões invocadas e ressalvados direitos de terceiros.</p> <p>II. O regime da separação de bens é obrigatório se a mulher for maior de 50 (cinquenta) anos.</p> <p>III. Se o da comunhão parcial, incluem-se na comunhão os bens adquiridos na constância do casamento por título oneroso, ainda que só em nome de um dos cônjuges e os decorrentes de doação, herança ou legado em favor de ambos os cônjuges.</p> <p>IV. É nulo o pacto antenupcial feito por escritura pública se não lhe seguir o casamento.</p> <p>V. No regime de participação final nos aqüestos, cada cônjuge possui patrimônio próprio, mas à época da dissolução da sociedade conjugal caber-lhe-á metade dos bens adquiridos pelo casal, a título oneroso, na constância do casamento.</p> <p>SOMENTE estão corretas as afirmações</p> <p>(A) I, II e IV.</p> <p>(B) I, III e V.</p> <p>(C) I, IV e V.</p> <p>(D) II, IV e V.</p> <p>(E) III, IV e V.</p>
<p>29. Cessará para os menores a incapacidade</p> <p>(A) por concessão do pai, ou da mãe, se esta tiver a guarda do filho, quando o menor completar 14 (catorze) anos de idade.</p> <p>(B) pela existência de relação de emprego, se em função dele o menor com 16 (dezesesseis) anos completos tiver economia própria.</p> <p>(C) pela conclusão de curso técnico profissionalizante.</p> <p>(D) pelo união estável com pessoa capaz.</p> <p>(E) pela nomeação para cargo público de provimento em comissão.</p>	<p>34. Podem os parentes, os cônjuges ou companheiros pedir uns aos outros alimentos</p> <p>(A) mas o cônjuge declarado culpado na separação judicial perde definitivamente o direito a qualquer pensão alimentícia a cargo do cônjuge inocente.</p> <p>(B) sendo que na falta de ascendentes cabe a obrigação aos colaterais e na falta destes aos descendentes.</p> <p>(C) e sendo várias as pessoas obrigadas a prestar alimentos, todas devem concorrer na mesma proporção.</p> <p>(D) porém, a obrigação jamais se transmite aos herdeiros do devedor.</p> <p>(E) de que necessitem para viver de modo compatível com a sua condição social, mas serão apenas os indispensáveis à subsistência, quando a situação de necessidade resultar de culpa de quem os pleiteia.</p>
<p>30. Têm domicílio necessário</p> <p>(A) os agentes diplomáticos do Brasil, enquanto servindo no estrangeiro.</p> <p>(B) somente os militares e os marítimos.</p> <p>(C) as pessoas casadas.</p> <p>(D) apenas o preso e os servidores públicos titulares de cargo efetivo.</p> <p>(E) os incapazes.</p> <p>31. A Lei nº 6.766, de 19/12/1979, ao dispor que nos loteamentos urbanos "os lotes terão área mínima de 125 m² (cento e vinte e cinco metros quadrados)", estabelece sobre estes</p> <p>(A) fungibilidade.</p> <p>(B) indivisibilidade convencional.</p> <p>(C) indivisibilidade legal.</p> <p>(D) intangibilidade.</p> <p>(E) a qualidade de imóveis para efeitos legais.</p>	<p>35. São herdeiros necessários</p> <p>(A) o cônjuge e o companheiro.</p> <p>(B) apenas os descendentes e os ascendentes.</p> <p>(C) os descendentes e os colaterais até quarto grau.</p> <p>(D) os descendentes e o cônjuge.</p> <p>(E) os descendentes, os ascendentes e os colaterais até quarto grau.</p>
<p>32. Considera-se inexistente o casamento entre</p> <p>(A) pessoas do mesmo sexo.</p> <p>(B) ascendente e descendente.</p> <p>(C) pessoas que sejam casadas.</p> <p>(D) afins em linha reta ou na colateral.</p> <p>(E) o adotante e quem foi cônjuge do adotado.</p>	

<p>36. Dá-se o direito de representação, quando a lei chama certos parentes do falecido a suceder em todos os direitos, em que ele sucederia, se vivo fosse</p> <p>(A) na linha reta descendente e, na transversal, somente em favor dos filhos de irmãos do falecido, quando com irmãos deste concorrem.</p> <p>(B) na linha reta descendente e ascendente.</p> <p>(C) somente na linha colateral, se filhos de irmão falecido forem os únicos herdeiros.</p> <p>(D) na linha reta descendente e na colateral, incluindo os afins.</p> <p>(E) na linha reta ascendente e na colateral até o quarto grau.</p>	<p>40. Salvo disposição legal ou contratual em contrário ou diferente, ou em razão da natureza da obrigação, o pagamento efetuar-se-á</p> <p>(A) em se tratando de prestações periódicas alternadamente no domicílio do devedor e do credor.</p> <p>(B) no domicílio do credor, ainda que reiteradamente feito em outro local, não fazendo isto presumir renúncia a disposição contratual.</p> <p>(C) indistintamente no domicílio do credor ou do devedor, a critério deste.</p> <p>(D) no domicílio do devedor, mas se reiteradamente feito em outro local faz presumir renúncia do credor relativamente ao previsto no contrato.</p> <p>(E) no domicílio do credor, podendo porém o devedor fazê-lo noutro local, desde que não haja prejuízo para aquele.</p>
<p>37. Quem, não sendo proprietário de outro imóvel urbano ou rural, possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio</p> <p>(A) somente depois de dez anos ininterruptos entre presentes e quinze anos entre ausentes, por usucapião ordinária.</p> <p>(B) por acessão, após dez anos ininterruptos.</p> <p>(C) por usucapião, após cinco anos ininterruptos.</p> <p>(D) somente após vinte anos ininterruptos, desde que ostente justo título e boa-fé, por usucapião.</p> <p>(E) apenas se ostentar justo título e boa fé, após dez anos ininterruptos desde o término da construção da moradia, pela usucapião social.</p>	<p>41. Acerca do contrato preliminar é correto afirmar que</p> <p>(A) não tem força obrigatória, podendo qualquer das partes dá-lo por desfeito mediante notificação judicial.</p> <p>(B) não comporta em qualquer hipótese execução específica e seu descumprimento apenas enseja o pagamento de perdas e danos.</p> <p>(C) deve conter todos os requisitos essenciais ao contrato a ser celebrado, exceto quanto à forma.</p> <p>(D) deve observar, sob pena de nulidade, a forma do contrato a ser celebrado, em virtude da regra segundo a qual o acessório segue o principal.</p> <p>(E) tem a mesma função do sinal ou arras na venda e compra.</p>
<p>38. Segundo a regra constitucional acerca desta matéria, no acidente de trabalho, a responsabilidade civil do empregador é</p> <p>(A) objetiva, por aplicação da teoria da risco integral.</p> <p>(B) subjetiva, sendo, porém, objetiva a da Previdência Social.</p> <p>(C) objetiva, por aplicação da teoria do risco – proveito.</p> <p>(D) excluída se houver contribuído para a Previdência Social.</p> <p>(E) objetiva se não houver recolhido as contribuições previdenciárias e subjetiva se as houver recolhido.</p>	<p>42. Nos contratos de execução continuada ou diferida, se a prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa, com extrema vantagem para a outra, em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis,</p> <p>(A) por se tratar de direito potestativo da parte prejudicada, a resolução não poderá ser evitada, ainda que o réu na ação de resolução ofereça modificar equitativamente as condições do contrato.</p> <p>(B) os efeitos de sua resolução judicial retroagirão à data da citação.</p> <p>(C) o Juiz só poderá acolher o pedido de resolução se houver concordância do réu, para não ferir o princípio da autonomia da vontade.</p> <p>(D) a resolução judicial só será admissível se o autor comprovar que já cumpriu pelo menos 40% (quarenta por cento) de sua obrigação.</p> <p>(E) a resolução judicial só produzirá efeitos a partir do trânsito em julgado da sentença.</p>
<p>39. Comete ato ilícito, ficando civilmente responsável pela reparação do dano</p> <p>(A) o causador de qualquer dano, exceto se provar culpa exclusiva da vítima.</p> <p>(B) o agente que pratica o ato em legítima defesa de direito de outrem, cabendo contra este ação regressiva.</p> <p>(C) aquele que age no exercício regular de um direito reconhecido, causando dano a outrem, salvo se for servidor público.</p> <p>(D) o que age em estado de necessidade, mesmo que o perigo tenha sido ocasionado pela pessoa lesada ou dono da coisa destruída.</p> <p>(E) o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social.</p>	

<p style="text-align: center;">DIREITO PROCESSUAL CIVIL</p> <p>43. No que se refere ao processo de interdição,</p> <p>(A) o interditando será citado para comparecer perante o juiz, que o examinará, interrogando-o minuciosamente acerca de sua vida, negócios, bens e do mais que lhe parecer necessário para valorar seu estado mental, reduzidas a auto as perguntas e respostas.</p> <p>(B) a impugnação do pedido de interdição poderá ser apresentada pelo interditando em 15 dias.</p> <p>(C) o Ministério Público representará facultativamente o interditando nos autos, podendo ser o requerente da medida.</p> <p>(D) após o interrogatório do interditando, o juiz poderá dispensar a perícia, com base em sua livre convicção sobre a causa.</p> <p>(E) apresentado o laudo pericial sobre as condições mentais do interditando, poderá o juiz dispensar a audiência de instrução e julgamento se o exame realizado for conclusivo sobre a capacidade de o interditando exercer seus direitos pessoalmente.</p>	<p>47. No Processo Civil brasileiro,</p> <p>(A) o juiz apreciará livremente a prova, levando em conta os fatos e as circunstâncias dos autos, mesmo que não alegados pelas partes.</p> <p>(B) o juiz deve deferir todas as provas requeridas pelas partes, já que delas os interesses em litígio.</p> <p>(C) o juiz só pode determinar a produção das provas requeridas pelas partes, dado o princípio da iniciativa da parte.</p> <p>(D) é insuficiente para formar o livre convencimento do juiz o depoimento de testemunha única, dado o princípio da prova tarifada.</p> <p>(E) o juiz responderá por perdas e danos quando proceder com dolo ou culpa no exercício de suas funções.</p>
<p>44. Em relação ao pedido inicial é correto afirmar que</p> <p>(A) nos contratos com prestações periódicas, o pedido incluirá apenas as vencidas, devendo o autor, periodicamente, indicar nos autos o vencimento das demais.</p> <p>(B) caso o autor formule pedidos sucessivos, o juiz deverá examinar o posterior, na hipótese de não ser acolhido o anterior.</p> <p>(C) o pedido não pode ser aditado pelo autor, salvo somente nas ações possessórias, por sua fungibilidade.</p> <p>(D) não poderá o autor, em nenhum caso, formular pedido genérico, o que impediria a prestação jurisdicional.</p> <p>(E) para o caso de descumprimento da sentença, poderá ser pedida a cominação de pena pecuniária nas execuções por quantia certa contra devedor solvente.</p>	<p>48. O juiz dará curador especial</p> <p>(A) ao incapaz, ainda que tenha representante legal e os interesses deste não colidam com os daquele.</p> <p>(B) a qualquer réu que, regular e pessoalmente citado por mandado, não tenha comparecido nos autos, tornando-se revel nos procedimentos especiais de jurisdição contenciosa.</p> <p>(C) a qualquer interessado que, regular e pessoalmente citado por mandado, não tenha comparecido nos autos, tornando-se revel, nos procedimentos especiais de jurisdição voluntária.</p> <p>(D) ao incapaz, se não tiver representante legal, ou se os interesses deste colidirem com os daquele; ao réu preso, bem como ao revel citado por edital ou com hora certa.</p> <p>(E) a todo réu que o requeira, alegando insuficiência de recursos para contratar um advogado para a defesa de seus interesses.</p>
<p>45. A procuração geral para o foro, assinada pelo réu, habilita o seu advogado a</p> <p>(A) ser intimado dos atos do processo.</p> <p>(B) transigir, desde que os direitos sejam disponíveis.</p> <p>(C) receber a citação inicial.</p> <p>(D) reconhecer a procedência do pedido.</p> <p>(E) confessar.</p>	<p>49. Relativamente ao procedimento sumário,</p> <p>(A) não se admitem ação declaratória incidental e a intervenção de terceiros, inclusive quando fundada em contrato de seguro, admitindo-se porém a assistência e o recurso de terceiro prejudicado.</p> <p>(B) não se admite a intervenção de terceiros, mas são possíveis a assistência e a ação declaratória incidental.</p> <p>(C) não se admite a ação declaratória incidental, mas são admissíveis a oposição e o recurso de terceiro prejudicado.</p> <p>(D) nenhuma modalidade de intervenção de terceiros é admitida.</p> <p>(E) não se admitem a ação declaratória incidental e a intervenção de terceiros, salvo a assistência, o recurso de terceiro prejudicado e a intervenção fundada em contrato de seguro.</p>
<p>46. NÃO se processam conforme o rito sumário as ações</p> <p>(A) de ressarcimento por danos causados em acidente de veículo de via terrestre.</p> <p>(B) de cobrança de despesas condominiais.</p> <p>(C) de arrendamento rural e de parceria agrícola.</p> <p>(D) cujo valor não exceda a sessenta vezes o valor do salário mínimo.</p> <p>(E) relativas ao estado e à capacidade das pessoas.</p>	

<p>50. Um réu formado em Direito, mas não inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, citado para uma demanda, apresenta contestação em causa própria, no último dia do prazo, invocando a regra do artigo 7º do Código de Processo Civil, que estabelece que toda pessoa que se acha no exercício de seus direitos tem capacidade para estar em juízo. Deverá o juiz, ao despachar o processo no dia seguinte,</p> <p>(A) extinguir o processo sem julgamento do mérito, por faltar ao réu a capacidade postulatória, que é pressuposto processual de existência do processo.</p> <p>(B) dar seguimento ao processo, pois houve apresentação tempestiva de defesa por pessoa plenamente capaz.</p> <p>(C) decretar-lhe a revelia, por ausência de oferecimento de contestação por advogado legalmente habilitado.</p> <p>(D) determinar ao réu que apresente defesa por intermédio de advogado, pois tal circunstância é pressuposto processual de existência e impede a formação da relação processual.</p> <p>(E) designar audiência para tentativa de conciliação das partes, considerando o fato de a contestação ter sido apresentada por bacharel em Direito, ainda que não advogado.</p>	<p>53. Na execução fundada em título judicial,</p> <p>(A) não há embargos à execução, mas mera impugnação em caso de excesso na execução.</p> <p>(B) em qualquer caso, nos embargos à execução opostos pode-se levantar a falta ou nulidade de citação no processo de conhecimento.</p> <p>(C) os embargos à execução opostos podem versar sobre qualquer matéria levantada no processo de conhecimento, pois se instaura um novo contraditório processual.</p> <p>(D) nos embargos à execução opostos, pode-se levantar qualquer causa impeditiva, modificativa ou extintiva da obrigação, como pagamento, compensação com execução aparelhada, ou novação, desde que supervenientes à sentença.</p> <p>(E) não há embargos à execução, mas admite-se exceção de pré-executividade para discutir vícios formais do processo de conhecimento.</p>
<p>51. Extingue-se o processo, sem julgamento do mérito:</p> <p>(A) quando o juiz indeferir a petição inicial e pela convenção de arbitragem.</p> <p>(B) quando o juiz acolher a alegação de prescrição, litispendência ou de coisa julgada.</p> <p>(C) quando o autor desistir da ação, bem como quando as partes transigirem.</p> <p>(D) renunciando o autor ao direito sobre que se funda a ação.</p> <p>(E) se acolhida a alegação de perempção, preclusão ou decadência.</p>	<p style="text-align: center;">DIREITO CONSTITUCIONAL</p> <p>54. No Brasil, a dignidade humana é qualificada, de modo expresso, como um</p> <p>(A) princípio fundamental de regência da República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais.</p> <p>(B) dos fundamentos da República Federativa do Brasil.</p> <p>(C) dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.</p> <p>(D) direito fundamental da pessoa humana.</p> <p>(E) direito fundamental, princípio e objetivo preambular da Constituição da República Federativa do Brasil.</p> <p>55. Os direitos fundamentais consagrados na Constituição brasileira</p> <p>(A) são sempre direitos ilimitados.</p> <p>(B) são sempre considerados direitos absolutos.</p> <p>(C) não podem sofrer, em qualquer caso, restrições por intermédio de legislação.</p> <p>(D) somente podem ser restringidos pelo exercício do poder de polícia quando este estiver expressamente previsto na Constituição para o caso.</p> <p>(E) tem a natureza de direitos relativos porquanto convivem com outros direitos e liberdades individuais ou coletivas.</p>
<p>52. É correto afirmar que</p> <p>(A) na liquidação de sentença por arbitramento, o juiz poderá, de acordo com suas convicções, arbitrar desde logo o valor da obrigação.</p> <p>(B) na liquidação de sentença por artigos, não é possível produzir prova de fatos novos.</p> <p>(C) oferecido o laudo pelo perito, na liquidação por arbitramento, se entender necessário o juiz designará audiência de instrução e julgamento.</p> <p>(D) a liquidação por arbitramento só pode decorrer de sentença que julga a causa, desfeito às partes convencionarem sua realização.</p> <p>(E) não é possível discutir de novo a lide na liquidação por arbitramento, embora haja essa possibilidade na liquidação por artigos.</p>	<p>56. Segundo expressa dicção da Constituição brasileira, posta no Título dos Direitos e Garantias Fundamentais, são destinatários dos direitos individuais</p> <p>(A) os brasileiros, os estrangeiros, desde que em solo brasileiro, e os apátridas.</p> <p>(B) quaisquer pessoas, sem qualquer distinção ou discriminação.</p> <p>(C) os brasileiros e os estrangeiros residentes no Brasil.</p> <p>(D) os brasileiros e os estrangeiros, desde que sob asilo político no Brasil.</p> <p>(E) somente os brasileiros natos ou naturalizados.</p> <p>57. O princípio do devido processo legal, como garantia processual e material de direitos fundamentais, foi introduzido, no Brasil, pela Constituição de</p> <p>(A) 1988.</p> <p>(B) 1946.</p> <p>(C) 1934.</p> <p>(D) 1891.</p> <p>(E) 1824.</p>

<p>58. No Brasil, o crime político em geral, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral e da Justiça Militar,</p> <p>(A) é processado e julgado pelo Supremo Tribunal Federal originariamente.</p> <p>(B) é julgado pelo Supremo Tribunal Federal, em recurso ordinário.</p> <p>(C) não se materializa, uma vez que a Constituição assegura a liberdade de pensamento e de convicções políticas.</p> <p>(D) é processado e julgado originariamente pelo Superior Tribunal de Justiça.</p> <p>(E) é processado e julgado pelo Poder Judiciário Estadual, que tem competência exclusiva nesta matéria.</p>	<p>63. Dentre as imposições e vedações expressamente estabelecidas na Constituição do Estado do Maranhão para os membros do Ministério Público Estadual aponta-se a</p> <p>(A) vedação de exercer suas atribuições em órgãos da Administração Pública Estadual, salvo se em disponibilidade.</p> <p>(B) proibição de exercer qualquer outro cargo público, inclusive o de magistério.</p> <p>(C) obrigatoriedade de residir na comarca da respectiva lotação.</p> <p>(D) proibição de exercer, em qualquer caso, atividade político-partidária.</p> <p>(E) de promover ação civil pública contra integrantes do Governo Estadual e do próprio Ministério Público.</p>
<p>59. A não prestação de informações de interesse coletivo ou geral, dentro do prazo legal, pelos órgãos da Administração Pública de qualquer nível, quando não fundada no sigilo por razões de segurança da sociedade ou do Estado, enseja a impetração de</p> <p>(A) ação civil pública.</p> <p>(B) mandado de injunção.</p> <p>(C) <i>habeas data</i>.</p> <p>(D) ação popular.</p> <p>(E) mandado de segurança.</p>	<p>64. Desdobrando e aplicando o princípio da igualdade de todos perante a lei, a Constituição brasileira proíbe</p> <p>(A) tratamento discriminatório no tocante a salários, salvo por motivo de idade ou formação profissional.</p> <p>(B) qualquer tratamento diferenciado às pessoas físicas, não admitindo nem mesmo a chamada discriminação inversa ou positiva, inclusive para as pessoas portadoras de deficiência física.</p> <p>(C) qualquer tratamento diferenciado entre brasileiros natos ou naturalizados.</p> <p>(D) discriminação racial, constituindo o racismo crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.</p> <p>(E) distinção entre os direitos dos filhos havidos ou não fora do casamento, ressalvados apenas os direitos relativos aos filhos adotivos.</p>
<p>60. Será obrigatória a convocação extraordinária do Congresso Nacional no caso de</p> <p>(A) existir, na pauta da Câmara dos Deputados, projeto de lei em regime de urgência.</p> <p>(B) estar em discussão proposta de Emenda Constitucional.</p> <p>(C) haver medidas provisórias em vigor, ainda não transformadas em lei.</p> <p>(D) pedido de autorização para decretação de estado de sítio.</p> <p>(E) existir, na pauta de qualquer das Casas do Congresso, veto pendente de apreciação e votação.</p>	<p>65. A Constituição brasileira em vigor assegura a qualquer interessado o fornecimento de certidão para defesa de direitos e esclarecimentos de situações de interesse pessoal. Ante tudo o mais que dispõe a Constituição, é correto afirmar que a</p> <p>(A) concessão de certidão constitui direito de qualquer pessoa e ante o silêncio ou recusa não motivada da Administração para concedê-la caberá <i>habeas data</i>.</p> <p>(B) concessão de certidão é ato discricionário da Administração Pública e somente é cabível se provado o interesse jurídico do requerente.</p> <p>(C) obtenção de certidão constitui direito do administrado e ante o silêncio da Administração Pública caberá mandado de injunção.</p> <p>(D) concessão de certidão constitui direito do administrado, salvo no caso em que a Administração Pública deixa de concedê-la invocando motivos de interesse administrativo.</p> <p>(E) obtenção de certidão constitui direito do administrado, sendo que contra a sua não concessão caberá mandado de segurança.</p>
<p>61. Conforme a doutrina e a jurisprudência majoritárias, entre os poderes investigatórios próprios das Comissões Parlamentares de Inquérito inclui-se o de</p> <p>(A) decretar medidas assecuratórias para garantir a eficácia de eventual sentença condenatória.</p> <p>(B) determinar buscas e apreensões.</p> <p>(C) decretar prisões em geral, inclusive as prisões em flagrante delito.</p> <p>(D) determinar a indisponibilidade ou arresto de bens.</p> <p>(E) proibir a assistência jurídica aos investigados.</p> <p>62. Dentre as garantias institucionais próprias e específicas dos integrantes da Defensoria Pública, expressamente asseguradas pela Constituição brasileira, apontam-se as relativas à</p> <p>(A) inamovibilidade e ao provimento em cargos de carreira.</p> <p>(B) vedação do exercício da advocacia, fora das atribuições institucionais, e à inamovibilidade.</p> <p>(C) possibilidade de acumulação do cargo com um cargo de magistério e à promoção por antiguidade.</p> <p>(D) irredutibilidade de vencimentos e à inamovibilidade.</p> <p>(E) estabilidade no cargo e à nomeação mediante concurso público.</p>	

<p>66. Consoante a Constituição brasileira em vigor compete ao</p> <p>(A) Tribunal de Justiça do Estado julgar ação direta de inconstitucionalidade contra ato normativo municipal que contrarie a Constituição Estadual.</p> <p>(B) Supremo Tribunal Federal julgar a ação direta de inconstitucionalidade contra lei estadual ofensiva à Constituição do Estado.</p> <p>(C) Tribunal de Justiça do Estado julgar a arguição de descumprimento de preceito fundamental contido na Constituição Federal.</p> <p>(D) Superior Tribunal de Justiça julgar ação direta de inconstitucionalidade contra ato lesivo a direito fundamental praticado por Governador do Estado.</p> <p>(E) Superior Tribunal de Justiça do Estado julgar ação declaratória de constitucionalidade contra ato do poder local.</p>	<p style="text-align: center;">LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL</p> <p>69. Caio foi condenado pela prática do crime previsto no artigo 157, § 2º, inciso I, do Código Penal à pena de 05 anos e 04 meses de reclusão, em regime fechado. Durante o processo foi defendido por advogado integrante dos quadros da Defensoria Pública. Intimado da decisão, o acusado afirmou que não pretendia recorrer. Intimado, o Defensor Público</p> <p>(A) não poderá recorrer da decisão em vista da renúncia do réu ao direito de recurso, prevalecendo a autodefesa sobre a defesa técnica.</p> <p>(B) poderá recorrer da decisão, por meio do recurso em sentido estrito, no prazo de 05 dias a partir de sua intimação.</p> <p>(C) poderá recorrer da decisão, por meio de apelação, no prazo de 10 dias a partir de sua intimação.</p> <p>(D) poderá recorrer da decisão, por meio de apelação, no prazo de 05 dias a partir de sua intimação.</p> <p>(E) poderá recorrer da decisão, por meio de recurso em sentido estrito, no prazo de 10 dias de sua intimação.</p>
<p>67. Ante a Constituição em vigor, a realização de busca e apreensão domiciliar por autoridade administrativa, de natureza policial ou não, durante o dia, e contra a vontade do morador,</p> <p>(A) consiste ofensa à inviolabilidade do domicílio expressamente consagrada na Constituição, pelo que não pode ser realizada em qualquer hipótese.</p> <p>(B) pode ser realizada independentemente de determinação judicial, desde que prevista em lei.</p> <p>(C) decorre do exercício do poder de polícia e pode ser efetuada independentemente de previsão legal ou determinação judicial, tendo em vista a auto-executoriedade das decisões administrativas.</p> <p>(D) somente pode ser realizada em caso de flagrante delito ou desastre ou para prestar socorro às vítimas.</p> <p>(E) depende de determinação judicial, salvo na hipótese de estado de sítio.</p>	<p>70. O Defensor Público-Geral da União e o Defensor Público-Geral do Estado serão nomeados</p> <p>(A) pelo Presidente da República e pelo Governador do Estado, após seus nomes serem aprovados pelo Senado Federal e pela Assembléia Legislativa Estadual, respectivamente.</p> <p>(B) pelo Presidente da República, após aprovação de seus nomes pelo Senado Federal e pela Assembléia Legislativa Estadual, respectivamente.</p> <p>(C) pelo Presidente da República e pelo Governador do Estado, respectivamente, após elaboração de lista tríplice pelos respectivos Conselhos Superiores.</p> <p>(D) pelo Presidente da República e pelo Governador do Estado, respectivamente, sendo o estadual escolhido em lista tríplice.</p> <p>(E) pelo Presidente da República, sendo o da União após aprovação de seu nome pelo Senado Federal e o do Estado, mediante lista tríplice.</p>
<p>68. Dentre os direitos sociais e os chamados “direitos de terceira geração” a Constituição e o ordenamento jurídico brasileiro asseguram e estabelecem garantias instrumentais jurisdicionais específicas e expressas para a concretização do direito</p> <p>(A) à igualdade de salário entre homens e mulheres e à autodeterminação dos povos.</p> <p>(B) ao trabalho e ao meio ambiente.</p> <p>(C) ao desenvolvimento e ao meio ambiente.</p> <p>(D) ao livre exercício de qualquer profissão e ao desenvolvimento.</p> <p>(E) à cultura e ao lazer.</p>	<p>71. Quanto ao sistema de prestação de assistência jurídica, pode-se afirmar corretamente que</p> <p>(A) o constituinte federal fez a opção pelo sistema público, podendo a assistência jurídica ser prestada pela União, pelos Estados e pelos Municípios.</p> <p>(B) a Constituição Federal determina a vigência do sistema público na União e nos Estados, vedada a assistência jurídica pelos Municípios.</p> <p>(C) a Constituição Federal determina a vigência do sistema <i>judicare</i>, podendo a assistência ser prestada pela União, pelos Estados e pelos Municípios.</p> <p>(D) o constituinte federal fez opção pelo sistema <i>judicare</i>, podendo a assistência jurídica ser prestada pela União e pelos Estados, vedada a sua prestação pelos municípios.</p> <p>(E) o constituinte federal optou pelo serviço prestado por advogados públicos, prevendo que a União, os Estados e os Municípios podem legislar sobre Defensoria Pública.</p>

<p>72. O artigo 68 do Código de Processo Penal confere ao Ministério Público legitimidade para a execução de sentença condenatória e para a ação civil, ambas visando a reparação de dano decorrente do crime quando o titular do direito à indenização for pobre. Considerando-se a institucionalização da Defensoria Pública, o Supremo Tribunal Federal tem entendimento firmado no sentido de que</p> <p>(A) o artigo 68 do CPP ficou revogado com a entrada em vigor da Lei Complementar Federal nº 80, de 12/01/1994.</p> <p>(B) o Ministério Público continua a ter legitimidade para a propositura da ação civil no Estado enquanto não criada e organizada a Defensoria Pública nos moldes do artigo 134 da Constituição Federal.</p> <p>(C) o Ministério Público não tem mais legitimidade para a propositura da ação civil a partir da promulgação da Constituição Federal.</p> <p>(D) o artigo 68 do CPP continua em vigor, tendo o Ministério Público legitimidade concorrente com o defensor público integrante da carreira criada e organizada mediante lei complementar.</p> <p>(E) o Ministério Público não tem mais legitimidade para a propositura da ação civil desde que o Estado conte com Defensoria Pública ou órgão equivalente que exerça atribuições semelhantes.</p>	<p style="text-align: center;">DIREITO ADMINISTRATIVO</p> <p>75. NÃO é efeito do tombamento de edificação urbana</p> <p>(A) a proibição de construções no entorno que prejudiquem sua visibilidade.</p> <p>(B) a proibição de sua derrubada.</p> <p>(C) a inalienabilidade do imóvel em que construída.</p> <p>(D) o dever do proprietário de conservá-la.</p> <p>(E) a sujeição à fiscalização do órgão público competente.</p>
<p>73. Podem ser classificadas como funções típicas e atípicas da Defensoria Pública, respectivamente,</p> <p>(A) patrocinar ação penal privada e patrocinar ação penal subsidiária da pública, em ambos os casos em relação a vítimas hipossuficientes.</p> <p>(B) defesa do réu revel e o exercício da curadoria especial na área cível.</p> <p>(C) defesa do réu revel e defesa do réu pobre.</p> <p>(D) patrocinar ação penal privada de vítima pobre e defesa de réu pobre.</p> <p>(E) defesa do réu pobre e defesa do réu revel.</p>	<p>76. Determinado servidor público, ao ser empossado em cargo de provimento efetivo de médico na Secretaria Estadual de Saúde do Maranhão, dolosamente omite a informação de que já é titular de dois cargos de médico em duas autarquias municipais distintas, em cidades do interior. Posteriormente, passado o estágio probatório, descobre-se a acumulação de cargos e instaura-se processo administrativo, no âmbito da administração estadual, para a apuração de responsabilidade. Este processo poderá resultar na</p> <p>(A) demissão do servidor dos cargos de que é titular nas autarquias municipais.</p> <p>(B) determinação de que o servidor opte por dois dos três cargos.</p> <p>(C) absolvição do servidor, em razão de a Constituição Federal permitir a acumulação de cargos de médico.</p> <p>(D) absolvição do servidor, em razão de a proibição de acumulação de cargos não se estender a pessoas políticas diferentes.</p> <p>(E) demissão do servidor do cargo de que é titular na administração estadual.</p>
<p>74. A promoção na carreira de Defensor Público no Estado do Maranhão far-se-á</p> <p>(A) alternadamente por antigüidade na carreira e por merecimento, sendo as listas de candidatos organizadas pela Corregedoria Geral da Defensoria Pública.</p> <p>(B) sempre por merecimento, sendo a lista organizada pela Corregedoria Geral da Defensoria Pública.</p> <p>(C) sempre por antigüidade, sendo a lista organizada pelo Conselho Superior da Defensoria Pública.</p> <p>(D) alternadamente por antigüidade na classe e por merecimento, sendo as listas organizadas pelo Conselho Superior da Defensoria Pública.</p> <p>(E) alternadamente por antigüidade e por merecimento, sendo as listas organizadas respectivamente pelo Conselho Superior e pela Corregedoria Geral da Defensoria Pública.</p>	<p>77. Decretada a utilidade pública de um imóvel, para fins de sua desapropriação, o poder executivo permanece inerte. Transcorridos 7 (sete) anos, resolve enfim mover o processo judicial correspondente. A propositura da ação de desapropriação, nessa hipótese,</p> <p>(A) está correta.</p> <p>(B) depende da edição de novo decreto desapropriatório, que pode ter fundamento idêntico ao anterior.</p> <p>(C) depende da edição de decreto desapropriatório com fundamento diferente do anterior.</p> <p>(D) não pode ser realizada antes de transcorrido 1 (um) ano da edição de novo decreto desapropriatório, com qualquer fundamento.</p> <p>(E) é impossível, pois o imóvel não mais poderá ser desapropriado.</p>

<p>78. Lei federal fictícia determina a proibição de corte raso de vegetação arbórea em todas as propriedades imobiliárias no país, situadas às margens de reservatórios de água artificiais. Posteriormente, caso algum Estado deseje legislar sobre o mesmo assunto,</p> <p>(A) estará impedido, pois a competência legislativa na matéria é privativa da União.</p> <p>(B) estará impedido, pois conforme as regras de competência aplicáveis os Estados apenas poderiam legislar se a lei federal fosse omissa a respeito.</p> <p>(C) deverá respeitar a competência da União para estabelecer normas gerais e restringir-se ao que lhe é específico.</p> <p>(D) poderá fazê-lo livremente, derogando a legislação federal no que com ela for incompatível.</p> <p>(E) deverá respeitar as regras impostas pela União, que lhe são hierarquicamente superiores.</p>	<p>82. Suponha que uma lei preveja a possibilidade de revogação de uma licença para construir. Essa lei seria vista doutrinariamente como contendo uma</p> <p>(A) regra conceitualmente adequada, posto que a licença, sendo ato vinculado, pode ser livremente desfeita por motivos de conveniência e oportunidade.</p> <p>(B) regra conceitualmente adequada, posto que a licença, sendo ato vinculado, pode ser livremente desfeita por motivos de legalidade.</p> <p>(C) impropriedade conceitual, posto que a licença, sendo ato discricionário, não pode ser livremente desfeita por motivos de conveniência e oportunidade.</p> <p>(D) regra conceitualmente adequada, posto que a licença, sendo ato discricionário, pode ser livremente desfeita por motivos de legalidade.</p> <p>(E) impropriedade conceitual, posto que a licença, sendo ato vinculado, não pode ser livremente desfeita por motivos de conveniência e oportunidade.</p>
<p>79. As limitações ao direito de propriedade decorrentes do poder de polícia da Administração</p> <p>(A) independem de lei, uma vez que compete à Administração definir as razões de interesse público ensejadoras de sua instituição.</p> <p>(B) dependem de um fundamento de interesse público e devem se restringir ao estritamente necessário ao seu atendimento.</p> <p>(C) são ilegais em razão do caráter absoluto do direito de propriedade.</p> <p>(D) podem ser instituídas por entidades privadas, que exerçam o poder de polícia por delegação.</p> <p>(E) independem de um fundamento de interesse público, pois subordinam-se às razões de conveniência e oportunidade do órgão competente.</p>	<p>83. Considere as seguintes regras: (i) possibilidade de o Ministério Público ajuizar a ação ou promover seu prosseguimento no caso de desistência pelo autor; (ii) citação da pessoa jurídica estatal para integrar o pólo passivo da ação, sendo-lhe facultado, todavia, atuar ao lado do autor, sem com isso importar reconhecimento da procedência do pedido; (iii) possibilidade do uso da ação para defesa do meio ambiente e da moralidade administrativa. No regime da ação popular</p> <p>(A) essas três regras estão presentes.</p> <p>(B) apenas as regras (i) e (ii) estão presentes.</p> <p>(C) apenas as regras (i) e (iii) estão presentes.</p> <p>(D) apenas as regras (ii) e (iii) estão presentes.</p> <p>(E) nenhuma das três regras está presente.</p>
<p>80. A responsabilidade civil dos servidores públicos, por atos praticados no exercício de suas funções,</p> <p>(A) independe de culpa, por expressa determinação constitucional.</p> <p>(B) configura-se apenas nos atos tipificados igualmente como infração penal.</p> <p>(C) depende da prévia condenação do servidor em processo administrativo disciplinar.</p> <p>(D) pode ser apurada judicialmente por via regressiva, por iniciativa da pessoa pública a que forem vinculados.</p> <p>(E) deve ser apurada judicialmente em conjunto com a eventual responsabilidade da pessoa pública a que forem vinculados.</p>	<p>84. Considere dois mandados de segurança: um ajuizado, sob alegação de ilegalidade, contra decreto presidencial que declara área de utilidade pública para fim de desapropriação; outro ajuizado em face de medida provisória, sob alegação da inconstitucionalidade de suas disposições, ainda que gerais e abstratas. Consoante jurisprudência do Supremo Tribunal Federal,</p> <p>(A) ambos teriam sido impropriamente ajuizados, posto que combatendo atos normativos considerados “lei em tese”.</p> <p>(B) apenas o segundo teria sido impropriamente ajuizado, posto que combatendo ato normativo considerado “lei em tese”, sendo adequado o primeiro, por referir-se a ato administrativo normativo passível de causar lesão a direito líquido e certo.</p>
<p>81. Dois atos administrativos foram praticados com vícios. O primeiro não continha motivação, em que pese fosse legalmente exigida. O segundo foi praticado tendo seu agente visado a fim diverso daquele previsto, explícita ou implicitamente, na regra de competência. Os vícios acima caracterizados, conforme definição do Direito brasileiro, são, respectivamente,</p> <p>(A) ilegalidade de objeto e vício de forma.</p> <p>(B) inexistência dos motivos e incompetência.</p> <p>(C) vício de forma e desvio de finalidade.</p> <p>(D) inexistência de motivos e desvio de finalidade.</p> <p>(E) ilegalidade do objeto e incompetência.</p>	<p>(C) apenas o primeiro teria sido impropriamente ajuizado, posto que combatendo ato administrativo normativo equiparado a “lei em tese”, sendo adequado o segundo como instrumento de controle principal da constitucionalidade de ato equivalente a lei.</p> <p>(D) apenas o primeiro teria sido impropriamente ajuizado, posto que combatendo ato administrativo normativo considerado “lei em tese”, sendo adequado o segundo, por referir-se a ato considerado formalmente administrativo passível de lesão a direito líquido e certo.</p> <p>(E) ambos teriam sido impropriamente ajuizados, posto que combatendo atos normativos discricionários de competência privativa do Presidente da República.</p>

<p>85. Suponha que a Administração pretenda realizar três contratações: (i) de prestação de serviços de engenharia no valor de R\$ 1.600.000,00, mediante licitação; (ii) de compra, com entrega imediata dos bens, da qual não resultam obrigações futuras, no valor de R\$ 800.000,00, mediante licitação; (iii) de prestação de serviços técnicos especializados, não considerados de engenharia, no valor de R\$ 700.000,00, mediante inexigibilidade de licitação. A substituição do instrumento de contrato por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, é possível apenas</p> <p>(A) no caso (ii). (B) no caso (iii). (C) nos casos (i) e (ii). (D) nos casos (i) e (iii). (E) nos casos (ii) e (iii).</p>	<p style="text-align: center;">DIREITO DO CONSUMIDOR</p> <p>88. As cláusulas abusivas nas relações de consumo</p> <p>(A) podem ser declaradas de ofício pelo juiz, pois são nulas de pleno direito. (B) dependem de provocação do consumidor para serem reconhecidas, pois são anuláveis. (C) são tidas por inexistentes. (D) dependem de provocação do Ministério Público, já que a declaração de sua ocorrência interessa à coletividade. (E) são ineficazes, mas por sua natureza especial dependem da provocação do consumidor para seu reconhecimento.</p>
<p>86. “No caso de anulação de um contrato administrativo, por ilegalidade não imputável ao contratado, o contratado receberá valor relativo à parcela do objeto que já tenha sido executada até a data da anulação.” Essa afirmação é</p> <p>(A) incompatível com o Direito brasileiro, pois a anulação de um contrato desconstitui os efeitos já produzidos, afastando qualquer recebimento de valor pelo contratado. (B) incompatível com o Direito brasileiro, em que não é admitida a anulação de um contrato já em execução, na hipótese de boa-fé do contratado. (C) compatível com o Direito brasileiro e o recebimento do valor em questão tem natureza de indenização, pois a anulação dos contratos administrativos opera efeitos <i>ex tunc</i>. (D) compatível com o Direito brasileiro e o recebimento do valor em questão tem natureza de pagamento de obrigação contratual, pois a anulação de um contrato já em execução opera efeitos <i>ex nunc</i>. (E) compatível com o Direito brasileiro e o recebimento do valor em questão tem natureza de pagamento de obrigação contratual, pois a anulação de um contrato já em execução opera efeitos <i>ex tunc</i>.</p>	<p>89. Considere as seguintes afirmações em relação ao vício do produto.</p> <p>I. Não sendo sanado em 30 dias, o consumidor pode exigir, a critério do fornecedor, a substituição do produto ou a restituição imediata da quantia paga. II. Não sendo sanado em 30 dias, o consumidor pode exigir, à sua escolha e alternativamente, a substituição do produto por outro ou a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos. III. Não sendo sanado em 15 dias, o consumidor pode exigir o abatimento proporcional do preço. IV. Não sendo sanado em 15 dias, o consumidor pode exigir a restituição imediata da quantia paga ou a substituição do produto, com prejuízo, nesse caso, de eventuais perdas e danos.</p> <p>SOMENTE está correto o que se afirma em</p> <p>(A) I. (B) II. (C) III. (D) IV. (E) III e IV.</p>
<p>87. Determinada autoridade administrativa presencia a prática de um ato ilícito por parte de um cidadão, passível de sanção no âmbito administrativo. Sendo assim, tratando-se de autoridade competente, decide aplicar-lhe e executar diretamente a pena. Tal procedimento</p> <p>(A) é compatível com o ordenamento constitucional brasileiro, fundamentando-se na auto-executoriedade dos atos administrativos. (B) é compatível com o ordenamento constitucional brasileiro, fundamentando-se na auto-tutela dos atos administrativos. (C) é compatível com o ordenamento constitucional brasileiro, fundamentando-se na imperatividade dos atos administrativos. (D) é compatível com o ordenamento constitucional brasileiro, fundamentando-se na presunção de legalidade dos atos administrativos. (E) viola as disposições constitucionais acerca do devido processo legal, também aplicáveis no âmbito administrativo.</p>	<p>90. No sistema protetivo do consumidor</p> <p>(A) haverá, sempre, a inversão do ônus probatório em seu benefício, em face de sua presumida hipossuficiência. (B) os serviços públicos são excluídos, já que objeto de leis próprias. (C) o acesso ao Judiciário é sempre gratuito aos consumidores. (D) é garantido o direito de modificação ou de revisão das cláusulas contratuais. (E) a reparação dos danos materiais e morais é limitada de acordo com leis especiais reguladoras de setores das relações de consumo.</p>

<p>91. No sistema do Código de Defesa do Consumidor é correto afirmar que</p> <p>(A) consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço, como intermediário ou destinatário final.</p> <p>(B) a coletividade de pessoas que haja intervindo nas relações de consumo, se indetermináveis, não se enquadra no conceito de consumidor.</p> <p>(C) produto é qualquer bem, móvel ou imóvel, desde que material.</p> <p>(D) serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração ou não, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito ou trabalhista.</p> <p>(E) fornecedor é a pessoa, física ou jurídica, ou ente despersonalizado, que desenvolvem, habitual e profissionalmente, atividades econômicas no mercado de consumo, dentre outras as de produção, montagem, distribuição ou de comercialização de produtos ou prestação de serviços.</p>	<p>94. Nas relações de consumo,</p> <p>(A) equiparam-se a consumidores todas as pessoas, determináveis ou não, expostas às práticas comerciais previstas no Código de Defesa do Consumidor.</p> <p>(B) não existe a aplicação da doutrina da desconsideração da personalidade jurídica.</p> <p>(C) o direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em 60 dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produto não duráveis.</p> <p>(D) o direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em 180 dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.</p> <p>(E) a garantia legal de adequação do produto ou serviço depende de termo expresso, no qual se explicitará o alcance da responsabilidade do fornecedor.</p>
<p>92. A responsabilidade civil do fornecedor de produtos ou serviços nas relações de consumo é</p> <p>(A) sempre objetiva, na modalidade de risco integral.</p> <p>(B) sempre objetiva, fundada na teoria do risco da atividade.</p> <p>(C) objetiva, como regra, com base na teoria do risco da atividade, excetuando-se a dos profissionais liberais, que é fixada a título de culpa.</p> <p>(D) objetiva, como regra, na teoria do risco integral, salvo a dos profissionais liberais, que é objetiva mitigada, pois admite a culpa exclusiva da vítima e o caso fortuito ou força maior como excludentes.</p> <p>(E) subjetiva, porém com inversão do ônus da prova, que cabe ao fornecedor e não ao consumidor.</p>	<p>95. José Silva adquiriu um par de sapatos, na loja, após tê-los experimentado. Arrepende-se um dia após, por não ter gostado do modelo, e procura a loja para devolvê-los, alegando estar no prazo de reflexão previsto no Código de Defesa do Consumidor. O dono da loja não aceita o argumento.</p> <p>Expostos os fatos,</p> <p>(A) José Silva está certo, pois o CDC prevê sete dias a contar da aquisição do produto, em qualquer situação, para exercer o direito de arrependimento.</p> <p>(B) o dono da loja está certo, porque não existe direito de arrependimento, em qualquer situação, se o produto não é defeituoso ou não apresenta vício de qualidade.</p> <p>(C) José Silva está certo, pois o prazo de garantia do produto é de pelo menos 90 dias, por sua natureza de bem durável.</p> <p>(D) o dono da loja está certo, pois o consumidor só pode exercer seu direito de arrependimento, em sete dias a contar de sua assinatura ou do ato de recebimento do produto, se a aquisição ocorrer fora do estabelecimento comercial, especialmente por telefone ou em domicílio.</p> <p>(E) José Silva está certo, por estar no prazo de reflexão, mas o dono da loja pode impor multa compensatória em razão da devolução imotivada.</p>
<p>93. Quanto ao fornecimento de serviços enquadrados no Código de Defesa do Consumidor, encontra-se prevista</p> <p>(A) a responsabilidade do fornecedor de serviços em relação aos vícios de qualidade que os tornem impróprios ao consumo, exclusivamente.</p> <p>(B) a reexecução dos serviços, sem custo adicional e quando cabível, por conta do fornecedor, quando neles caracterizado vício de qualidade.</p> <p>(C) o abatimento proporcional do preço ou a restituição imediata da quantia paga, quando houver vício de qualidade, por conta do fornecedor e a seu critério.</p> <p>(D) a reexecução dos serviços obrigatoriamente pelo próprio fornecedor, havendo vício de qualidade.</p> <p>(E) a isenção de responsabilidade do fornecedor pelos vícios decorrentes da disparidade entre o serviço e sua oferta ou mensagem publicitária, se realizada por terceiros.</p>	

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

96. Considere as seguintes afirmativas:

- I. A criança ou o adolescente abrigados poderão ser privados de sua liberdade.
- II. A criança e o adolescente têm compreendidos em seu direito à liberdade, os direitos de diversão, prática de esportes e brincadeiras.
- III. A criança e o adolescente matriculados em escola pública têm o direito de freqüentar uma unidade próxima de sua residência.
- IV. O adolescente admitido em curso de formação técnico-profissional deverá cursar o ensino regular, salvo se o curso de formação técnico-profissional for reconhecido pelos órgãos competentes como entidade apta a fornecer, também, as disciplinas e atividades do curso regular.
- V. Os adolescentes maiores de 14 anos recebem uma bolsa de aprendizagem, mas não têm assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários.

SOMENTE são verdadeiras as afirmativas

- (A) I, II e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) II, III e IV.
- (D) II, III e V.
- (E) III, IV e V.

97. Em relação ao ato infracional é INCORRETO afirmar que

- (A) o autor terá sua idade verificada à data do julgamento.
- (B) a criança que o comete está sujeita apenas a uma das medidas específicas de proteção previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.
- (C) a criança que o comete não pode ser compelida a prestar serviços à comunidade.
- (D) o adolescente que o comete apenas pode estar sujeito a algumas das medidas específicas de proteção previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.
- (E) o magistrado que entender que o adolescente que o cometeu deva ficar sob liberdade assistida pelo período de 4 (quatro) meses aplicará uma outra medida sócio-educativa qualquer, desde que mais branda.

98. São entidades que têm o dever legal de proteger a criança ou o adolescente:

- (A) Conselho Tutelar, Advocacia Geral da União e Defensoria Pública.
- (B) Defensoria Pública, Família e Conselho Tutelar.
- (C) Advocacia Geral da União, Ministério Público e Família.
- (D) Família, Magistratura e Conselho Tutelar.
- (E) Ministério Público, Defensoria Pública e Magistratura.

99. A guarda não poderia ser deferida na seguinte hipótese:

- (A) a criança fugiu de casa há mais de quatro anos, sem que possa recordar o local onde residiria a sua família; encontrada por um casal, estes pretendem adotá-la; para tanto, pleiteiam a guarda da criança.
- (B) a criança passava as tardes na casa da vizinha enquanto sua mãe trabalhava; a mãe sofreu um acidente e foi aconselhada pelos médicos a ficar internada em hospital da rede pública por pelo menos três meses; diante da inexistência de parentes conhecidos na cidade onde residem mãe e filha, a vizinha pleiteia a guarda provisória da criança.
- (C) a criança vivia com os pais, ambos filhos únicos e desprovidos de ascendência viva; os pais falecem em um acidente; os padrinhos religiosos da criança, amigos do casal falecido, pretendem adotar a criança; como medida provisória, pleiteiam a guarda da mesma.
- (D) a criança fugiu de casa há mais de quatro anos, sem que possa recordar o local onde residiria a sua família; encontrada por um casal de turistas residentes no exterior, estes pretendem adotá-la; para tanto, pleiteiam a guarda da criança.
- (E) a criança vivia, de fato, com um casal de tios há dois anos, desde que seus pais faleceram; para regularizar a situação, os tios pleiteiam a guarda da criança.

100. A viagem de um menor de 18 anos ocorreu de forma irregular, à luz das disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente, se

- (A) a criança viajou para o Suriname acompanhada da mãe e do pai, sem autorização judicial.
- (B) a criança viajou para a Holanda acompanhada da mãe, com autorização escrita do pai, assinada e com firma reconhecida e sem autorização judicial.
- (C) o adolescente viajou para a Índia acompanhado do tutor, de nacionalidade libanesa, residente no Brasil, sem autorização judicial.
- (D) o adolescente viajou para o Piauí, acompanhado do primo de 18 anos e dois meses, sem autorização judicial, mas com autorização dos pais ou do responsável.
- (E) o adolescente, residente em Imperatriz, viajou para São Luís, acompanhado do primo de 45 anos, sem autorização judicial e sem autorização dos pais ou do responsável.